

O ANTIPETISMO RELIGIOSO: A DEMONIZAÇÃO DOS GOVERNOS PETISTAS A PARTIR DO DISCURSO UMBANDISTA

RELIGIOUS ANTIPETISM: THE DEMONIZATION OF THE PT GOVERNMENTS BY UMBANDIST DISCOURSE

Leo Carrer Nogueira

RESUMO: A eleição para o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2014 e seu processo de *impeachment* em 2016 causaram grandes debates políticos ao longo destes dois anos. Tanto na internet, através das redes sociais, quanto nas manifestações que tomaram conta das ruas havia o crescimento de um discurso que procurava atribuir à presidenta eleita e seu partido a exclusiva responsabilidade pela grave crise política e econômica que assolou o Brasil nos últimos anos: o discurso antipetista. Inserida neste contexto, a obra *O Partido – projeto criminoso de poder* (INÁCIO; PINHEIRO, 2016), de cunho esotérico-espiritualista propõe fazer uma interpretação dos acontecimentos políticos que antecederam o *impeachment* da presidenta sob uma ótica espiritual. Nela, tanto o PT quanto seus dois presidentes eleitos são colocados como manipulados por espíritos das trevas, justificando assim a luta para tirá-los do poder não apenas como uma disputa política, mas uma verdadeira luta do bem contra o mal. Pretendemos fazer uma análise dos discursos contidos nesta obra e demonstrar como eles reproduzem os principais elementos do discurso antipetista.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; antipetismo; Impeachment; Umbanda; Magos negros.

ABSTRACT: The election for the second term of President Dilma Rousseff in 2014 and her impeachment in 2016 caused enormous political debates over these two years. On the Internet, through social networks, and in the protests that took over the streets, there was a growing discourse that attributed to the elected president and her political party the sole responsibility for the serious political and economic crisis in Brazil in recent years: the antipetism discourse. In this context, the book *The Party - criminal project of power* (INÁCIO; PINHEIRO, 2016), which has an esoteric-spiritualist content, makes an interpretation, from a spiritual perspective, of the political events that preceded the president's impeachment. In this analysis, the PT and its two elected presidents were manipulated by dark spirits, justifying the battle to get them out of the government not just as a political dispute, but a real war of good and evil. In this article we will analyze the discourses contained in this book and demonstrate how they reproduce the main elements of the antipetism discourse.

KEYWORDS: Discourse; antipetism; impeachment; Umbanda; Black magicians.

Introdução

A relação entre política e religião sempre foi marcante ao longo da história da humanidade. Por muito tempo, as relações políticas foram pautadas por crenças das mais diversas religiões, que acabavam por influenciar nos rumos políticos de povos e nações. O conceito de liberdade religiosa é bastante recente, e começou a ser gestado em meados do século XVIII “após o estabelecimento das primeiras constituições em solo norte-americano” (REIMER, 2013, p. 38). Antes disso, a maior parte das regiões europeias se encontravam profundamente ligadas à Igreja Católica, sendo o catolicismo considerado como a religião majoritária.

No Brasil não seria diferente, pelo menos até a primeira constituição republicana, promulgada em 1891, que propôs pela primeira vez a separação oficial entre a Igreja e o Estado. Apesar dessa proposição oficial, a laicidade do Estado brasileiro sempre foi bastante frágil. Em praticamente todos os códigos penais anteriores a 1988 haviam artigos que procuravam limitar práticas religiosas determinadas, como o espiritismo e as religiões afro-brasileiras, enquadradas como “curandeirismo”, “charlatanismo” e “prática ilegal da medicina”¹. A perseguição às religiões afro-brasileiras por parte do Estado e da Igreja foi uma constante durante praticamente todo o século XX, e ainda hoje permanece viva no âmbito de certas Igrejas de cunho Neopentecostais (MARIANO, 2007).

Estes últimos, aliás, são os grandes responsáveis por manter relações bastante profícuas entre religião e política. Através de uma estratégia de ocupação do campo político, muitas Igrejas Evangélicas têm conseguido eleger seus representantes em várias instâncias, chegando inclusive a constituir uma “bancada evangélica” na Câmara dos Deputados. Tais políticos são conhecidos por defenderem no plenário posições advindas de sua fé religiosa, fazendo com que o campo religioso se sobreponha ao campo político, tornando este último uma extensão de sua batalha contra o mal (RAMOS, 2011).

Mas não são só os evangélicos que tem proferido discursos que associam a arena política à batalha religiosa do bem contra o mal. Recentemente um reconhecido autor espiritualista escreveu uma obra na qual analisa os acontecimentos políticos que levaram

¹ Desde o primeiro Código Penal brasileiro, promulgado em 1890, haviam artigos que procuravam limitar as práticas religiosas de cunho espiritualista. No de 1890 os artigos 156, 157 e 158 proibiam a “prática ilegal da medicina, a prática da magia e o curandeirismo” (MAGGIE, 1992, p. 22). No de 1940, os artigos 283, 284 e 285 também coíbiavam com penas de prisão e multas a “prática ilegal da medicina, o charlatanismo e o curandeirismo” (MAGGIE, 1992, p. 47). Para maiores informações ver a obra citada.

ao processo de *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016. No romance em questão, intitulado *O Partido – Projeto criminoso de poder*, os autores Ângelo Inácio (espírito) e Robson Pinheiro (médium)² descrevem os fatos políticos ocorridos durante o último mandato de Dilma sob a ótica espiritual, demonstrando como não só ela, como todos os integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) estavam mancomunados com espíritos das trevas, com o objetivo de subjugar a população brasileira, levando o caos e a desordem à “Pátria do Evangelho”, como o Brasil é chamado pelos religiosos espiritualistas.

Neste artigo, portanto, pretendemos analisar o discurso contido nesta obra, e demonstrar como ele se aproxima de uma ampla rede discursiva que se populariza a partir da última disputa presidencial ocorrida em 2014, através de manifestações nas ruas e produção de conteúdo na internet, especialmente por meio de páginas e perfis em redes sociais como Twitter e Facebook. Este campo discursivo, que alguns autores denominam de rede antipetista, foi responsável por produzir um discurso que atribuía ao PT e seus políticos todos os problemas políticos, econômicos e sociais pelos quais passava o país, alegando que somente sua retirada imediata do poder colocaria o país “de volta nos trilhos”. Na obra citada, Inácio e Pinheiro (2016) utilizam-se de muitas destas visões, agora reforçadas por uma ótica espiritual que eleva as disputas políticas a um novo patamar: o da batalha do bem contra o mal.

Para que possamos atingir nossos objetivos, primeiramente analisaremos alguns dos principais elementos que compõem esta rede antipetista e seus discursos. Utilizaremos como aporte teórico a “análise de discurso” proposta por Michel Foucault (2008), que nos permitirá a caracterização dos diversos enunciados analisados como integrantes de uma mesma rede discursiva. Por fim passaremos à análise do conteúdo da obra em questão, ressaltando as principais semelhanças com os elementos da rede antipetista, sem esquecer de suas peculiaridades próprias.

O discurso antipetista

² No espiritismo é comum a existência de obras produzidas através do fenômeno descrito por eles como *psicografia*. Trata-se de uma técnica de escrita em que um espírito escreve por meio de um *médium*, ou seja, uma pessoa que tem a capacidade de se comunicar e receber mensagens dos espíritos. Nestes casos, mantém-se como autor da obra a ambos, espírito e médium, padrão que adotaremos também neste artigo.

Pudemos perceber, ao longo dos últimos anos, a emergência de um padrão discursivo que se impôs por meio das *redes sociais* e teve bastante influência nos acontecimentos políticos no Brasil em 2016. Trata-se de um conjunto de enunciados que buscam atribuir os problemas brasileiros a uma ideologia política socialista, a qual, segundo seus enunciadores, tem orientado os rumos da política brasileira e americana nos últimos anos. Tal ideologia é atribuída ao partido político que governou o Brasil nos últimos doze anos, o Partido dos Trabalhadores (PT), cujos políticos estariam, segundo estes discursos, alinhados a um plano maior que busca implantar uma *Ditadura Comunista* em nosso país, nos moldes do que, segundo eles, teria ocorrido em países como Cuba, Venezuela e Bolívia. Assim, tal discurso parte, primeiramente, de uma atribuição de valores negativos a tudo o que se relaciona com ideologias historicamente consideradas como de esquerda, especialmente as derivadas do marxismo, como o comunismo e o socialismo.

A eclosão destes discursos se deu a partir de manifestações espontâneas que tomaram conta da internet nos últimos anos, especialmente através das chamadas *redes sociais*, portais que permitem a interação de seus usuários através do compartilhamento de textos, imagens, vídeos e conteúdos em geral. O surgimento de perfis que mantinham um padrão discursivo mais ou menos coeso se fez notar ao longo da última eleição presidencial, ocorrida em 2014, e se intensificou no período posterior, após a vitória da candidata do PT, Dilma Rousseff. A principal característica destes perfis era o compartilhamento de um discurso extremamente reacionário à figura de Dilma, Lula e do partido petista como um todo, podendo ser classificados como parte de um *discurso antipetista*.

Várias características nos permitem enquadrar as falas e textos compartilhados por milhares de usuários destas redes sociais, especialmente por meio do Facebook, naquilo que Foucault (2008) denominou de *campo discursivo*. Este campo discursivo teria, primeiramente, suas próprias regras de formação, que podem ser percebidas em praticamente todos os textos que se relacionam no interior deste discurso.

Na análise que aqui se propõe, as regras de formação têm seu lugar não na "mentalidade" ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse campo discursivo (FOUCAULT, 2008, p. 69).

Assim, um determinado discurso é sempre regido por regras de formação que se impõem àqueles que pretendem escrever sobre determinado assunto, acabando por dar uma

certa coesão aos textos no interior de um campo discursivo, que acabam por se relacionar uns com os outros, de forma que podemos identifica-los como uma coisa única, uniforme, sendo possível até mesmo não distinguir seus autores. A questão da autoria seria, assim, secundária para Foucault (2008, p. 134):

A análise do discurso está colocada, na maior parte do tempo, sob o duplo signo da totalidade e da pletora. Mostra-se como os diferentes textos de que tratamos remetem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significações que podem ser comuns a toda uma época.

Além de se relacionarem uns com os outros, os textos no interior de um determinado campo discursivo também remetem a outros textos fora deste discurso, mas que influenciaram estes autores no momento da escrita. Ideologias políticas, religiosas, econômicas, sociais, etc., todo este conjunto de ideias disponíveis a seus autores em uma dada época acabam por deixar suas marcas nos textos, concordando ou não com seus conteúdos. O campo discursivo, portanto, não se estabelece apenas no interior dos textos que exprimem um discurso, mas acabam por estabelecer nós com outros campos, gerando uma grande rede discursiva.

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede (FOUCAULT, 2008, p. 26).

No caso que aqui analisamos pudemos notar a formação desta rede a partir da reprodução de determinadas ideias políticas já consagradas na história brasileira, mas que agora voltam com força no interior dos discursos antipetistas. Um exemplo destas ideias é o *anticomunismo*, expressão ideológica que dominou o país ao longo do século XX e teve maior alcance durante a ditadura civil-militar (1968-1980) que se instaurou no Brasil. No caso do discurso antipetista, tal viés ideológico é estendido a toda ideologia política considerada de esquerda, se ampliando para um *antiesquerdismo*, que segundo Santos Júnior (2016, p. 17-18), seria entendido como

[...] a projeção e a diferenciação de identidades políticas de esquerda. Assim, contextualizamos este processo internacionalmente, analisando como a resiliência de traços conservadores na população brasileira reage ao esgotamento do modelo político-econômico que conduziu o país entre 2003 e 2014, alinhado com a virada à esquerda na América Latina. Isso produz a mobilização, até então inexistente em grande escala, de coletivos heterogêneos de direita que combatem as políticas do governo federal petista. Exemplo do antiesquerdismo são os gritos “Vai pra Cuba” e “Sem Bolivarianismo”.

A identificação do PT como um partido de esquerda partiria de uma cristalização da imagem do partido vinculada aos seus primórdios na década de 1980. Nascido com uma orientação socialista, o PT manteve em seus primeiros anos de existência uma forte vinculação às ideologias de esquerda marxistas, incluindo em seus programas propostas que “defendiam políticas antimercado divergentes dos interesses dos grandes conglomerados midiáticos” (SANTOS JÚNIOR, 2016, p. 17). No entanto, o partido sofreu uma reorientação após sofrer três derrotas na disputa presidencial pelo seu candidato Luís Inácio “Lula” da Silva, em 1989, 1994 e 1998.

O PT passou por um longo e complexo período de incorporação, deixando o papel de oposição de esquerda radical, em função do crescimento eleitoral, o que resultou em sua assimilação no jogo político pragmático e consequente acomodação às estruturas de influência do governo. Nesse sentido, há um movimento petista que, uma vez dentro do governo, se aproxima pragmaticamente de grupos de poder tradicionais e do empresariado. Ao mesmo tempo, o partido fora do governo tenta manter uma imagem que oscila entre centro-esquerda e esquerda. Esse duplo fluxo estimula segmentos direitistas a radicalizem o discurso, em busca de diferenciação da identidade política, enfatizando o tom de contestação (SANTOS JÚNIOR, 2016, p. 59).

Para se eleger, Lula imprimiu à sua imagem e, consequentemente, à imagem do partido, uma reorientação: abandonou o discurso radical da esquerda socialista e propôs uma coalizão com outras forças políticas do cenário brasileiro, inclusive partidos de direita, como o Partido Liberal (PL), que forneceu o nome do vice-presidente que trabalhou com Lula em seus dois mandatos: o empresário José Alencar. Mesmo tendo abandonado o viés socialista e feito um governo considerado por muitos como de centro, sendo caracterizado pela responsabilidade fiscal, estabilidade das contas públicas e incentivo à indústria nacional e ao comércio, a percepção de Lula e do PT como um partido socialista se manteve, tanto por parte de seus militantes fora do governo quanto de seus opositores, e veio à tona com força total no discurso antipetista. Ao longo deste processo, portanto,

[...] o partido deixou características sectárias, em função de seu processo de evolução organizacional para partido *catchall* ou profissional-eleitoral. Com isso, o PT expandiu seu território de caça para além da base fundadora, social-trabalhista, aproximando-se de grupos de interesse formados por empresários e, até mesmo, conservadores. Contudo, esta guinada institucional é, em certa medida, minorada pelos antipetistas. O discurso antipetista que vigorou na eleição de 2014 resgata interpretações históricas que remetem à fundação do partido e seu cunho socialista, ignorado as políticas liberais desenvolvidas. Por isso, argumentamos que o antipetismo faz um revisionismo histórico e resgata “fantasmas do passado”, adaptando-os ao contexto político recente (SANTOS JÚNIOR, 2016, p. 58).

Isto explica o viés antiesquerdista e anticomunista que emergem do discurso antipetista: a atribuição aos governos do PT de um alinhamento com a ideologia socialista, que, em grande parte, não correspondeu ao modelo de governo implantado por Lula e Dilma ao longo de seus mandatos. Tal percepção equivocada seria caracterizada por Santos Júnior (2016, p. 58) como um “prisma interpretativo histórico assimétrico, que produz alguns pontos cegos quanto à análise da imagem do partido e da própria política brasileira”.

Um dos principais propulsores desta percepção dos governos do PT como governos socialistas está relacionado aos programas sociais desenvolvidos que se tornaram grandes chamarizes em seus governos. O principal deles pode ser definido como uma Política de Transferência de Renda própria da Social Democracia e dos Governos de Bem-Estar Social que se desenvolveram no âmbito do liberalismo ocidental: o programa Bolsa Família, implantado por Lula em seu primeiro mandato em 2003, a partir da junção de quatro programas sociais já existentes nos governos anteriores: Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), Bolsa Alimentação e Programa Auxílio-Gás (ARRAIS, 2016, p. 210-211). Os valores dos benefícios previstos pelo programa variam de R\$ 50,00 a 154,00 por família, dependendo do número de dependentes em idade escolar. Além disso, apresenta como contrapartida exigências como frequência escolar e acompanhamento médico, sendo os benefícios cortados em caso de descumprimento.

Políticas de transferência de renda como esta, defendidas por muitos partidos com ideologias de centro-esquerda em vários países ao longo do século XX, acabaram sendo consideradas como pivôs das crises econômicas que avançaram pelo mundo a partir da década de 1970 pelos teóricos neoliberais. Segundo Fiori (1997, p. 141-142, *grifos do autor*), “os novos conservadores viram no *welfare state* uma peça central no seu diagnóstico da crise dos Estados democráticos”, o que teria impulsionado aos “projetos neoliberais de reforma dos Estados que acabam atingindo em cheio os Estados de Bem-Estar Social, desacelerando sua expansão ou desativando muitos de seus programas”. É justamente esta crítica que vem sendo reciclada no Brasil e compõe o escopo discursivo do antipetismo. Os antipetistas “possuem resistência às políticas de justiça social e de redução da desigualdade implementadas durante os mandatos petistas” (SANTOS JÚNIOR, 2016, p. 97), pois, para eles, tais políticas incentivam o não-trabalho, fazendo com que os mais pobres deixem de trabalhar e passem a viver às custas do Estado.

Por fim, outra das principais bandeiras do antipetismo é o combate à corrupção, associada quase de forma exclusiva ao governo vigente nos últimos anos, ou seja, os governos petistas. Os inúmeros escândalos de corrupção estampados na mídia ao longo dos mandatos de Lula e Dilma são apontados pelos antipetistas como os grandes responsáveis pela crise que se instalou no país recentemente. Apesar da prática da corrupção permear a política brasileira há muitos anos e não ser exclusiva de um partido, como demonstram as inúmeras investigações ocorridas, no discurso antipetista a corrupção é quase que exclusivamente identificada ao PT e seus dois presidentes eleitos, Lula e Dilma.

O viés antipartidarista do antipetismo, então, orienta uma visão de mundo que reconhece de modo desproporcional o PT como o partido responsável pelo que há de negativo na democracia brasileira, mobilizando organizações que tem como único objetivo tirar o partido do poder e eliminá-lo da competição eleitoral nacional (SANTOS JÚNIOR, 2016, p. 90).

Apesar de não serem novos, os discursos antipetistas aumentaram bastante nos anos que antecederam à reeleição de Dilma Rousseff à presidência da república em 2014. Os protestos sociais ocorridos em junho de 2013 nas principais capitais e cidades brasileiras continham em seu bojo um sentimento difuso e generalizado de insatisfação com a classe política brasileira, e acabaram por contribuir para a irrupção do discurso antipetista através da internet (ANDRADE, 2015). Assim, podemos denominar como Rede Antipetista “um conjunto multifacetado de canais existentes no Facebook que produziu conteúdos contrários à reeleição de Dilma Rousseff em 2014” (SANTOS JÚNIOR, 2016, p. 13).

A Rede Antipetista se organiza de forma descentralizada e sem proposta de ação em longo prazo. Em comum, os canais reivindicam um espaço político de oposição com a finalidade [de] hostilizar as lideranças petistas e o governo federal. A retórica do grupo assume tons agressivos, ora apelando para o sentimento de revolta, ora atacando a corrupção, indicando uma política de visibilidade sustentada pelos sentimentos de frustração, afastamento e cinismo (SANTOS JÚNIOR, 2016, p. 37).

Após a derrota na eleição, estes grupos permaneceram ativos, agora defendendo a instalação de um processo de *impeachment* da presidenta eleita, o que acabou acontecendo entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, culminando com a deposição da presidenta e a assumpção do cargo pelo seu vice-presidente, Michel Temer. Esta rede discursiva conseguiu atingir um grande contingente de pessoas no Brasil, levando à criação de um clima conspiratório de insatisfação generalizada com o governo petista, já muito “desgastado pelos 12 anos consecutivos no governo federal, escândalos de corrupção, esgotamento do modelo econômico, falta de habilidade política na condução das alianças e

pouco carisma de Dilma Rousseff” (SANTOS JÚNIOR, 2016, p. 14). Se somaram a isso os novos escândalos de corrupção que se acumulavam a cada nova fase de investigação da operação Lava-Jato³ e o aprofundamento da crise econômica nos primeiros anos do mandato de Dilma. Tudo isso fez com que o discurso antipetista se mantivesse forte, tanto nas redes sociais, por meio do compartilhamento das páginas que compunham a rede antipetista, quanto nas ruas, com as inúmeras mobilizações e protestos ocorridos periodicamente nas principais capitais brasileiras.

Este discurso antipetista não ficou restrito aos canais citados até aqui. Ele se infiltrou em praticamente todos os lares brasileiros, insuflados pela cobertura da mídia televisiva, que fez questão de bombardear em suas programações o sentimento de “revolta generalizada” que tomava conta do brasileiro naquele momento. O espetáculo midiático contou com horas e horas de cobertura dos protestos organizados pela rede antipetista; veiculação de notícias que davam conta das denúncias de corrupção contra membros do governo; e até mesmo a suspensão dos principais programas dominicais para a transmissão ao vivo da votação, direto da Câmara dos Deputados, do julgamento do processo de *impeachment* de Dilma.

Um novo antipetismo: o discurso de demonização do PT pela ótica umbandista

Com a enorme repercussão, logo tal discurso atingiria outras instâncias além dos campos político e social. Refiro-me ao campo religioso, no interior do qual inúmeros agentes se alinharam aos antipetistas no intuito de criticar à então presidenta. Especialmente os grupos evangélicos, historicamente alinhados com ideologias de direita (ORO, 1996), transformaram a luta contra o governo numa verdadeira cruzada do bem contra o mal, através das falas de agentes historicamente envolvidos com a política, como o pastor Silas Malafaia e o deputado e também pastor Marcos Feliciano. Tal batalha foi amplificada muito em virtude de um dos principais antagonistas do governo petista, o deputado federal Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados e responsável

³ Operação deflagrada pela Polícia Federal em 2014, com o objetivo de investigar inúmeros crimes de corrupção, como lavagem de dinheiro e recebimento de propinas, envolvendo políticos de diversos partidos e empresários.

por dar prosseguimento ao pedido de *impeachment* da presidenta, pertencer a uma denominação evangélica.

Logo outras denominações religiosas buscariam interpretar este momento histórico pelo qual passou o Brasil, e acabariam reproduzindo também o discurso antipetista. Analisaremos um destes casos que, apesar de não ter tido uma ampla repercussão nas redes, é sintomático de como o campo discursivo do antipetismo acabou por influenciar outros campos discursivos e pautar suas discussões, sobrepondo aos fatos políticos uma interpretação religiosa bastante peculiar.

O discurso em questão está presente em uma obra psicografada pelo autor espiritual Ângelo Inácio, através do médium Robson Pinheiro. Natural de Minas Gerais, este médium é um dos principais autores espiritualistas da atualidade, já tendo escrito mais de trinta obras, a maioria influenciada por correntes esotéricas e da Umbanda. Iniciou suas atividades como escritor em 1998, com a obra *Tambores de Angola*, um romance espiritual que visava descortinar os preconceitos existentes contra a Umbanda, assim como fornecer um discurso legitimador desta religião. Apesar de se vincular aos conhecimentos da Umbanda, o autor sempre se afirmou como fiel aos preceitos do espiritismo kardecista, fornecendo um quadro teórico que vincula estas duas religiões. Por sua aproximação com a Umbanda, no entanto, não é reconhecido pela Federação Espírita Brasileira (FEB) nem por seus filiados como um autor espírita.

A principal característica dos romances de Robson Pinheiro e Ângelo Inácio é a sobreposição entre dois universos distintos, mas que se relacionam entre si: o mundo físico, em que nós vivemos – os “encarnados” –; e o mundo astral ou espiritual, onde vivem as almas daqueles que já morreram – os “espíritos”. Nessa dimensão astral existem objetos e construções similares ao mundo físico, mas feitos de uma matéria diferente, denominada pelos autores de “matéria astral” ou “etérea”. Tais construções se sobrepõem às construções do mundo físico, mas estão em uma dimensão diferente. Assim, por exemplo, a um determinado templo religioso corresponderia, no mundo astral, um hospital para espíritos enfermos, que se aproveita da energia dos encarnados para atendê-los.

Em todos os romances de Inácio e Pinheiro há descrições destes espaços e seus habitantes espirituais, compondo assim um complexo sistema espiritual. Além desta divisão entre “encarnados” e “espíritos”, há ainda uma outra, que hierarquiza os próprios espíritos, baseada nas concepções kardecistas que postulam a evolução espiritual. Assim, os espíritos estariam divididos em uma escala moral que vai desde os espíritos impuros e

imperfeitos até os mais evoluídos. Os primeiros são espíritos que ainda não desenvolveram atributos morais, podendo ser potencialmente maléficos, enquanto os segundos já atingiram um alto grau de moralidade, não se comprazendo mais em ações voltadas para o mal. Entre estes dois polos, uma infinidade de gradações diferentes de espíritos transita entre os espaços citados, muitos deles interferindo no mundo físico de diferentes formas.

Nessa perspectiva da “geografia da religião”, pode-se desde já ressaltar que os espaços dos espíritos, ou desencarnados, em Robson [Pinheiro] são bastante numerosos e diferenciados: há vários espaços habitados por diferentes grupos de espíritos e os mais evoluídos podem transitar entre eles. Nesses espaços astrais há pontos de recepção de espíritos recém-desencarnados, necessitados de ajuda e que a recebem em “hospitais” (ou “câmaras de socorro”), por meio de espíritos evoluídos que se propuseram a missão de ajudá-los (CONCONE; REZENDE, 2010, p. 54).

Enquanto os espíritos puros ou evoluídos habitam elevadas colônias espirituais, de onde realizam tarefas para auxiliar os espíritos mais necessitados, os imperfeitos habitam espaços localizados na crosta terrestre, sobrepostos às nossas cidades físicas. Tais espaços são descritos pelos autores como locais inóspitos, sujos e decadentes, assim como os espíritos que os habitam. Os chefes destes locais são chamados de “magos negros”, em alusão à distinção entre “magia branca” – para o bem – e “magia negra” – para o mal. Estes magos negros se comprazem em ações que visam prejudicar à humanidade, e são responsáveis por processos que os autores denominam como “obsessões complexas”, uma atualização do conceito de obsessão postulado pela doutrina espírita⁴. Para combater estes “espíritos das trevas” existem os espíritos guardiões ou “sentinelas”, que utilizam-se também da matéria astral para confeccionar armas energéticas que lhes permitam destruir os “aparelhos parasitas” utilizados nas obsessões complexas e prender estes espíritos malignos. Estes guardiões seriam o que os umbandistas chamam de Exus em seus rituais, espécies de “policiais do astral”, responsáveis por controlar os espíritos trevosos e impedi-los de praticar o mal. Permeiam as obras destes autores, portanto, uma atualização da batalha cristã do bem contra o mal, agora reescrita sob uma ótica espiritualista.

⁴ As obsessões espirituais, segundo a doutrina espírita, acontecem quando espíritos se aproximam de encarnados (os “vivos”), e passam a influenciar negativamente suas vidas, seja por maldade ou simplesmente por desconhecimento das leis espirituais. Tais obsessões seriam combatidas nos trabalhos espíritas e umbandistas por meio dos rituais de desobsessão, no qual tais espíritos são doutrinados, isto é, esclarecidos de sua condição espiritual e afastados do obsediado. Já as obsessões complexas seriam quando espíritos malignos, de forma proposital, utilizariam da “tecnologia astral” para fabricar modernos aparelhos tecnológicos feitos de matéria astral e depois implantá-los no corpo espiritual dos encarnados, com o objetivo de controlá-los por meio da hipnose ou incutir-lhes doenças variadas. Tais obsessões só seriam combatidas por meio de uma técnica conhecida por Apometria, descrita nas obras de Inácio; Pinheiro e de Ramatis; Peixoto. Para maiores esclarecimentos, ver as obras citadas.

Este é o cenário que encontraremos em uma das mais recentes obras destes autores na qual todo este universo espiritual é transplantado para a arena política brasileira. Em *O Partido – Projeto criminoso de poder*, Inácio e Pinheiro (2016) contam a história do que estaria por trás das ações dos políticos do Partido dos Trabalhadores, mais especificamente de seus dois presidentes eleitos, Lula e Dilma. A narrativa é centrada num grupo de espíritos das trevas, os magos negros, cujos objetivos são os de manipular “a mente de governantes e outros atores influentes, suscitando o que há de mais abjeto em suas almas miseráveis, a fim de levar dor, sofrimento e caos ao maior número de povos e sociedades” (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 86).

A obra se inicia descrevendo uma reunião de espíritos trevosos ocorrida em “meados do século XX” na “Baía de Guantánamo, em Cuba”. O local seria apropriado a estes espíritos devido ao “ar de sofrimento, de desrespeito à vida e aos direitos humanos, bem como os gritos e o choro rouco dos torturados, para dar sustentação energética ao concílio tenebroso” (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 37). Ali naquele local, teriam estes espíritos traçado seus planos de dominação através da política, controlando importantes líderes nos principais países da América Latina. Sua estratégia seria apropriar-se das ideologias políticas de esquerda, especialmente as de cunho marxista, para manter o povo “sob controle”, conforme um deles afirma:

No âmbito internacional, uma vez que queremos poder em nossas mãos, é fundamental apoiar um estado forte, centralizador e concentrador de riquezas. Apoiem o socialismo, não importando em que país ou a forma como essa doutrina política se manifeste (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 140).

Podemos perceber, assim, como o antiesquerdismo, característica marcante dos discursos antipetistas, está presente também no discurso destes autores. Segundo esta narrativa, os regimes que foram abertamente socialistas ou receberam alguma influência dos ideais marxistas seriam todos dominados no âmbito espiritual pelos magos negros. À ditadura política atribuída aos regimes socialistas é sobreposta uma ditadura espiritual, em que espíritos malignos estariam manipulando os líderes políticos destes países. Na guerra espiritual imaginada pelos autores, o socialismo é associado a um dos lados da batalha: o lado maligno, dominado pelas forças das trevas. O antiesquerdismo aqui vai além das críticas políticas e sociais do senso comum: agora ela ganha ares metafísicos.

Esse discurso ideológico, que exalta algum tipo de revolução ou movimento revolucionário, muito raramente na história produziu bons resultados. O socialismo, ideologia cujo histórico tem sido uma calamidade, está em seus estertores; ele inspirou a maior parte dos regimes totalitários já existentes – e

note-se que totalitarismo não é sinônimo de ditadura, pois vai além. [...] Uma crise sem precedentes se instaurou no Brasil, mas também em outras nações do planeta, tendo o socialismo como pano de fundo (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 178).

A partir da demonização do socialismo, passa-se a associá-lo com os regimes políticos brasileiros da última década. Este é o segundo passo na configuração do discurso aqui analisado, e que o coloca em consonância com o discurso da rede antipetista. Como já afirmamos anteriormente, o Partido dos Trabalhadores teria passado por um longo processo de reorientação política, abandonando os ideais socialistas de seus primórdios e se transformado em um partido de coalizão, passando a estabelecer alianças com as várias forças políticas e sociais, inclusive as mais conservadoras (SANTOS JÚNIOR, 2016). Isto foi a marca dos governos de Lula e Dilma, que se limitaram a implantar alguns projetos de melhoria sociais aos mais pobres, ao mesmo tempo em que atendiam às demandas de empresários e grandes corporações. No entanto, mesmo com este distanciamento da ideologia socialista, seus críticos continuaram vendo no partido uma expressão destas ideias, o que pode ser percebido pelo modo como se manifestara o discurso no interior da rede antipetista. Este é também o caso aqui em questão, em que se atribui aos governos petistas a pecha de serem “socialistas”, alinhados com os governos de países como a Venezuela, Cuba e Bolívia.

A expressão máxima deste socialismo no Brasil seriam as políticas de transferência de renda iniciadas após a década de 1990, mas ampliadas sobremaneira no governo de Lula em 2003, mais especificamente o programa Bolsa Família (FREITAS, 2015). Segundo a narrativa aqui adotada, este programa atenderia a dois objetivos principais: primeiro o de incentivar o não-trabalho, criando uma relação de dependência entre aqueles que recebem o benefício; em segundo lugar, a partir desta relação de dependência, mantê-los em um estado de submissão ao governo, criando assim uma espécie de “curral eleitoral”, em que os beneficiários se sentiriam obrigados a votar sempre nos políticos reconhecidos como mantenedores dos benefícios.

Tudo colima nossa tática: de um lado, seduzir os ‘bons’ por meio do discurso; de outro, alimentar a massa com migalhas, mantendo-a submissa a nossos intentos, enquanto usamos todos como aliados, sem que o suspeitem. [...] Aliás, acentuo que o combate à pobreza, por meios inócuos ou cosméticos como a distribuição de riqueza, será uma das maiores bandeiras fincadas em qualquer país onde nossa filosofia deverá alistar seguidores (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 51-52).

Assim, pode-se perceber que os autores em questão encarnam em seu discurso velhas críticas dirigidas ao programa Bolsa Família e às políticas de transferência de renda

em geral. Segundo eles, a distribuição do benefício seria uma forma de incentivar as pessoas a não trabalhar, estabelecendo assim uma relação clientelista para com o governo. O governo seria o responsável por nutrir as necessidades dos mais pobres e em troca eles continuariam sempre votando nos políticos daquele governo:

Clamarão por terra, moradia e alimento, mas jamais devem rogar por trabalho, pois, caso trabalhem e se esclareçam, fugirão ao nosso controle. Minar o valor do trabalho é fundamental para o sucesso de nossa campanha. Não queremos salário digno nem a altivez típica de quem luta pela própria subsistência; ao contrário, queremos que prevaleçam o parasitismo, a caridade degradante, a voracidade por benefícios e o sentimento de revolta íntima e inveja que consome aquele que, no fundo, sabe ser um dependente improdutivo. Daremos à multidão de fiéis e infiéis, unidos sob a bandeira dos pobres e oprimidos, as migalhas que os manterão comendo em nossas mãos (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 76-77).

Este tipo de discurso é bastante comum no interior da rede antipetista. Os membros deste campo discursivo acusam os governos petistas de se manterem no poder a partir da distribuição de benefícios em troca de votos através do Bolsa Família, que incentivaria as pessoas a não trabalharem, a terem mais filhos (para receber mais benefícios) e a não estudar, se mantendo na mesma faixa social eternamente (SANTOS JÚNIOR, 2016; ANDRADE, 2015). Este tipo de pensamento é corroborado em vários trechos da obra, consolidando um discurso que atribui a estes programas sociais um modo de iludir a população:

[...] muitos homens de bem, muitas pessoas de boa vontade, iludidas, deixaram-se levar pelas promessas vãs, pelas políticas públicas populistas, com seu idealismo patético a distribuir suas migalhas, que ainda hoje retêm a população mais sofrida na situação de dependência crônica dos programas forjados para iludi-la, visando à ignorância do povo acerca do que se comete nos bastidores. Misérias e bolsas oportunistas são oferecidas à gente pobre mas também aos ricos [...] (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. XVII-XVIII).

No entanto, vários estudos recentes têm demonstrado, através da análise dos dados, as falácias e o uso político contidas nestas críticas. A primeira desconstrução que pode ser feita diz respeito à crença de que os benefícios do Bolsa Família desincentivariam os estudos. Isto porque, entre os condicionantes para que a pessoa possa receber os benefícios do programa está a exigência quanto à frequência escolar das crianças. Aquelas que não mantêm esta frequência acabam sendo descadastradas e deixam de receber o benefício. Segundo os dados, isto causou uma diminuição considerável da evasão escolar nos municípios.

Há estudos que procuram desmistificar as críticas ao programa Bolsa Família partindo de uma reflexão sobre os efeitos positivos das condicionalidades

(frequência escolar, acompanhamento do pré-natal e do calendário imunológico) e da consequente inserção das famílias beneficiadas no mercado de trabalho formal (ARRAIS, 2016, p. 212).

Outra crítica que não é corroborada por dados estatísticos é o incentivo ao não-trabalho que o programa causaria entre as famílias beneficiadas. Aliás, observando-se os valores deste benefício fica fácil perceber isto, uma vez que os valores aplicados, que variam de R\$50,00 a R\$154,00 por família não são suficientes para sustentarem, por si só, uma família inteira. Este valor é aplicado apenas como uma complementação de renda, obrigando a família a buscar no mercado de trabalho outras formas de se sustentarem. Isso é atestado também pelos dados estatísticos:

O fato é que tomar as transferências como um desestímulo ao trabalho é uma ideia que pode ser fundamentada em preconceitos, mas não se apoia em evidências empíricas. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiados do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que outras pessoas com renda familiar per capita similar (MEDEIROS, et al, 2007, p. 15).

Assim, ao contrário do que afirmam em suas críticas, Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCRs) como o Bolsa Família tem estimulado uma sensível melhoria nos quesitos da educação e saúde, além de servirem como incentivo para a inserção destas famílias no mercado de trabalho.

A ideia por trás do conceito dos PTCRs traz duas consequências distintas: a diminuição de miséria imediata através da transferência de renda, à medida que estimula a quebra do ciclo de pobreza com incentivos educacionais e melhorias da saúde. Rawlings e Rubio (2005) argumentam que o fator de condicionalidade faz dessa nova geração de programas sociais um instrumento para investimento de longo prazo em capital humano, enquanto, paralelamente, disponibiliza assistência social de curto prazo. Segundo as autoras, as ações desses programas, ao promoverem a acumulação de capital humano em longo prazo como um objetivo primário, reconhecem seu papel na ruptura da transmissão da pobreza entre as gerações (FREITAS, 2015, P. 16-17).

Com o objetivo de “alertar” à população a respeito do que seria o “verdadeiro sentido” por trás das políticas públicas dos últimos governos, os autores desta obra invocam elementos do discurso antipetista que se popularizou a partir da eleição presidencial de 2014 baseados em informações equivocadas e senso comum, que podem ser facilmente derrubadas ao olharmos o que nos dizem os estudos, as pesquisas e os dados estatísticos. A este discurso, sobrepõem uma visão religiosa que respaldaria a luta para tirar este partido do poder. Agora não se trata apenas de uma disputa política, mas sim uma disputa espiritual, metafísica, das forças do bem contra as forças do mal, esta última associada ao partido que se instalou no poder: o PT e seus aliados.

A diferença é que estes que hoje dominam, indubitavelmente, são partícipes das hostes da maldade; querem se manter no poder a todo custo, em detrimento do país e do bem-estar de seus habitantes. Nenhum deles tem a mais remota preocupação com o bem do povo e da nação. Manter-se no poder é sua única meta (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 111).

Através de sua manutenção no poder, estes políticos teriam instalado uma extensa rede de corrupção para se beneficiar dos cargos ocupados. A corrupção, portanto, seria outro dos elementos chaves que denunciam o caráter maligno do Partido dos Trabalhadores, mesmo os autores demonstrando ter conhecimento de que esta corrupção não fora criada agora e nem era restrita a um só partido:

Afinal, a corrupção não era exclusividade deste ou daquele partido, tampouco fora concebida no governo de turno. Contudo, nenhum grupo, uma vez no poder, elevava tal prática a níveis tão descarados, consagrando-a como método de governo e proliferando suas consequências nefastas tão universalmente (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 119).

Mais uma vez vemos o alinhamento do discurso religioso com o discurso antipetista. Para ambos, mesmo que a corrupção seja cometida por políticos de variados partidos, ela não se compara à praticada pelo partido instalado no poder. Assim, em uma estratégia retórica que escamoteia as contradições inerentes a seu discurso, eles acabam por fazer acreditar que todos os problemas de corrupção existentes no país se resumem a um único partido, e consequentemente seriam resolvidos com a retirada deste partido e seus figurões do governo.

Apesar de não citar nominalmente nenhum dos personagens que compõem a atual cena política brasileira, o livro deixa muitos indícios de quem se tratam através de suas descrições. Os dois principais políticos que atuam junto aos espíritos dos magos negros seriam chamados de “homem forte” e “Ella”. O primeiro seria caracterizado como “líder operário, carismático e redentor” (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 137), características que aludem à figura do ex-presidente Lula; já a segunda é lembrada como pessoa que “sofreu muito e foi vítima de tortura, durante o período em que esteve presa, na juventude” (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 141-142), indicando tratar-se da ex-presidenta Dilma Rousseff. Ambos seriam colocados como participantes de várias reuniões dos magos negros para traçar as diretrizes de suas próximas ações, inclusive recebendo reprimendas por parte destes espíritos quando as coisas começam a ir mal no governo Dilma, diante da ameaça do *impeachment*. Tal participação se daria durante o sono, em que, segundo a doutrina espírita, nosso espírito se libertaria do corpo físico, podendo interagir com os

espíritos desencarnados. Nestas reuniões eles recebem instruções sobre como devem ser seus discursos para iludir ao povo e se manter no poder, como no exemplo a seguir:

É fundamental, em seus discursos, demonizar todos aqueles que não passaram fome, não experimentaram a dor e o sofrimento que você reiteradamente afirmará ter vivido. Deve-se explorar ao máximo esse ardil, demonizando as classes abastadas e deixando muito, mas muito claro que a riqueza dos demais, principalmente de seus opositores, só existe devido à exploração dos mais fracos e pobres. [...] Instigue o ódio de classes; divida a sociedade de todas as formas imagináveis (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 133).

A ideia de que as políticas públicas dos governos petistas teriam incitado o “ódio de classes” é bastante recorrente entre os manifestantes contrários ao governo. Ana Olívia Andrade (2015, p. 17-18), em recente pesquisa sobre as manifestações a favor do *impeachment* de Dilma, registrou em entrevistas o posicionamento de vários manifestantes que evocavam estas ideias:

Essas leis têm sido criadas ou mudadas a fim de alcançar as chamadas minorias políticas do Brasil, como, por exemplo, as leis sobre direitos da comunidade gay, da violência contra mulher e as políticas afirmativas e sociais que englobam raça e classe social. R.A.⁵ menciona essas questões como forma do governo incitar o ódio entre estas minorias e os segmentos da sociedade que têm uma maior representação política. Como se a criação e extensão destas leis fossem a causa dos conflitos sociais, desenhando uma imagem de que antes destas mudanças, que vieram junto com [o] governo atual, não existia no Brasil conflitos entre classes, raça, sexualidade e gênero. Essa fala nos permite perceber o direcionamento ideológico que é de reações às mudanças sociais, conservadorismo e certo saudosismo de momentos em que as leis e direitos tinham menor alcance para grupos à margem da representação política (ANDRADE, 2015, p. 17-18).

Diante de quadro tão alarmante, resta nos perguntarmos como este partido conseguiu se manter no poder por tanto tempo, como conseguiram convencer a população a votar neles, mesmo diante dos inúmeros escândalos de corrupção existentes? Não bastou as políticas populistas que mantem a população submissa; tiveram ainda o apoio destes espíritos trevosos através da criação de torres astrais responsáveis por irradiar ondas hipnóticas que mantinham a população sob seu jugo: “O país sofre, hoje, um processo obsessivo em larga escala. [...] Torres espalhadas pelo país! Torres que irradiam ondas hipnóticas...” (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 96-102).

Para combater estes políticos e os espíritos das trevas que os controlam, as “forças do bem”, representadas pelos espíritos mais evoluídos moralmente – chamados por eles de “guardiões” e “sentinelas” – contariam com o apoio de dois personagens no cenário

⁵ As abreviações dizem respeito às iniciais dos nomes dos manifestantes, que não são identificados pela pesquisadora. Nota minha.

político brasileiro. O primeiro seria um político igualmente corrupto, mas que poderia ser usado para auxiliar na tarefa de tirar o PT do poder. Trata-se de Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados entre 2015 e 2016, que foi responsável pela abertura do processo de *impeachment* da presidenta, descrito por Inácio e Pinheiro (2016, p. 183) da seguinte forma:

Vamos procurar certo homem considerado herege, mas que tem se mostrado um veículo para fazer frente às forças que pretendem subjugar o país. Até aqui, foi ele quem demonstrou espírito forte o bastante para enfrentar outro de sua própria estirpe, pois, embora esteja profundamente comprometido com seus erros, é frio e cínico o suficiente (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 183).

A utilização do termo “herege” para se referir a Eduardo Cunha diz respeito ao fato de, mesmo se dizendo homem religioso, professante da fé evangélica, ter sido envolvido em vários casos de corrupção, inclusive tendo sido preso logo após o impeachment da presidenta por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, a despeito dos preceitos morais de sua igreja.

O segundo personagem é o juiz federal Sérgio Moro que, de Curitiba, foi responsável por comandar as investigações da Operação Lava-Jato que levaram às inúmeras denúncias de políticos envolvidos em corrupção, recebimento de propinas e lavagem de dinheiro, entre outras. Ele seria o responsável por se contrapor aos espíritos das trevas, sendo considerado o “paladino da justiça” que poria fim aos desmandos dos governantes do PT. A alusão a ele fica clara na fala de um dos espíritos guardiões, responsável por oferecer proteção espiritual ao juiz contra os ataques dos espíritos das trevas: “Após isso devo ir a Curitiba. Recebi a incumbência de acompanhar uma equipe de guardiões cuja missão é dar apoio ao juiz que tem servido de instrumento da justiça, um verdadeiro guardião entre os encarnados” (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 184).

Assim está completo o quadro da batalha espiritual. De um lado, temos os membros de um partido, “o mais corrupto que a história do Brasil já conheceu”, instalado no governo para praticar seus desmandos e dominar a população brasileira. Do outro, temos um juiz que encarna o próprio “instrumento da justiça, verdadeiro guardião entre os encarnados”, responsável por desmantelar este governo corrupto e devolver o país a seu verdadeiro povo. Estas assertivas poderiam muito bem ser apenas metáforas produzidas pelo discurso dos manifestantes antipetistas; no entanto, aqui, no discurso umbandista, ela está recheada de literalidade.

Considerações finais

O teor da narrativa contida na obra umbandista *O Partido* demonstra bem a grande influência alcançada pelo discurso antipetista no Brasil. Tais discursos não ficaram restritos aos campos político, econômico e social, mas penetraram até mesmo o campo religioso, levando líderes das mais variadas religiões a realizar também suas interpretações dos acontecimentos políticos ocorridos nos últimos anos neste país.

Nestes casos, os fatos políticos ganham uma dimensão extra, que, quando presente na rede antipetista, o está apenas de forma metafórica: a dimensão extrafísica e espiritual. Assim, o desenrolar político no Brasil não se limita a uma disputa política comum, encabeçada por forças políticas e sociais antagônicas e com interesses distintos; no discurso religioso, tais disputas são mais um capítulo da batalha cristã do bem contra o mal. A demonização do partido petista neste caso é colocada através de sua aliança a espíritos considerados como inferiores, espíritos das trevas que habitam o ambiente espiritual e querem a dominação e subjugação da humanidade. Todas as ações e projetos deste governo são reinterpretadas sob esta ótica e ganham ares conspiratórios, como é o caso do programa Bolsa Família, reinterpretado como parte do plano dos espíritos trevosos para manter subjugada as populações pobres no país.

Ao proceder a esta reatualização da batalha política, este discurso religioso procura justificar o combate ao governo petista com um viés espiritualista. Se opor ao governo não é visto mais apenas como uma decisão política, fruto das concepções individuais de cada um; agora é uma obrigação moral, uma vez que não é apenas o partido político que se está combatendo, mas sim aos próprios espíritos das trevas que querem dominar nosso país. Aqueles que não se aliarem a esta oposição estarão compactuando com a instalação de um regime demoníaco, como podemos perceber pela fala de um dos espíritos guardiões da obra:

Para mim, defender esta horda de malfeitores seja de um lado da vida, seja do outro, sinceramente, não é mais posição política; transcendeu há muito tal dimensão. Só a patologia espiritual explica esse comportamento, isto é, a obsessão complexa, coletiva e programada, levada ao grau máximo de ferocidade e crueldade por parte dos manipuladores do submundo (INÁCIO; PINHEIRO, 2016, p. 188-189).

Perde-se assim a dimensão democrática do debate político. Diante do discurso religioso, não existem mais posições políticas antagônicas; apenas uma posição política é

aceitável: a da oposição ao governo. Qualquer um que venha a apoiar o partido associado ao mal só pode estar sendo alvo de uma “patologia espiritual” desenvolvida pelos “manipuladores do submundo”. Compara-se o campo político a um regime fundamentalista em que só existe um lado certo, justificando-se, assim, o combate realizado como sendo “em nome de Deus”.

Esta é a maior consequência de se misturar aos discursos políticos já existentes um discurso religioso que reduz as disputas democráticas a uma batalha maniqueísta. Ao já raivoso e incisivo discurso antipetista, que atribuía aos políticos deste partido a responsabilidade por todas as mazelas de nosso país, soma-se agora uma dimensão espiritual que os compara a espíritos das trevas com um plano maligno de poder. A nós, espectadores, só resta uma opção: nos aliarmos à oposição dos homens de bem para não sucumbir ao projeto maligno dos petistas. O quadro conspiratório está, assim, completo.

Referências

- AMORIM, Maria S. S. Democracia, desigualdades e corrupção: uma análise da qualidade democrática na América Latina. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, v.5, no 2, p.80-108, jul./dez. 2015.
- ANDRADE, Ana Olívia C. ‘Contra tudo isto que está aí’: emoções e moralidade no movimento fora Dilma ocorrido em João Pessoa. *REIA – Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, ano 2, volume 2(1): 2015.
- ARRAIS, Tadeu A. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 65, p. 200-226. Dez. 2016.
- BARBOSA, Leandro C. *Mídia e discursividade – Dilma, Lula, Radicais do PT e Corrupção*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Vitória da Conquista, BA: UESB, 2014.
- CONCONE, Maria Helena V. B.; REZENDE, Eliane G. A Umbanda nos romances espíritas kardecistas. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde*, v.4, n.3, p.51-62, Set./2010. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- CRUZ, Marcelo P. *A Igreja Universal do Reino de Deus no "Jogo do Poder": a aliança com o Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). São Paulo: PUC-SP, 2009.
- FERRAZ, Gabriel P. *A representação social de Dilma Rousseff: uma análise das charges que a retratam na Folha de S. Paulo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC-SP, 2013.
- FILGUEIRAS, Fernando. Sociedade civil e accountability societal no controle da corrupção no Brasil. *XXXV Encontro anual da ANPOCS*. Belo Horizonte: 2011.

- FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, v. 7(2), p. 129-147. Rio de Janeiro, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FREITAS, Palloma M. M. *Os programas de corresponsabilidade na América Latina: uma análise política em perspectiva comparada*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Recife: UFPE, 2015.
- GOMES, Andrea L. *O estado pós-moderno brasileiro e as políticas sociais de satisfação de necessidades fundamentais: a experiência do programa Bolsa Família no período de 2003 a 2013*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). São Luís: UFMA, 2014.
- GRÜN, Roberto. Escândalos, tsunamis e marolas: Apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, outubro, 2011.
- INACIO, Ângelo; PINHEIRO, Robson. *O partido: projeto criminoso de poder*. Contagem, MG: Casa dos Espíritos, 2016.
- MAGGIE Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros. In: SILVA, Vagner G. *Intolerância religiosa: impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- MARQUES, Vitor W. *A construção do escândalo político midiático na Folha de S. Paulo: uma análise dos seis escândalos políticos envolvendo ministros do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Bauru, SP: UNESP, 2015.
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 79, 2007.
- MITCHELL, Bárbara M. A. O liberalismo moderno nos Estados Unidos: discussões acerca da sua pluralidade entre os séculos XIX e XX. *Revista de História da UEG*, v. 5, n. 2, p. 282-306. Porangatu, GO: UEG, 2016.
- ORO, Ivo P. *O outro é o demônio: uma análise sociológica do fundamentalismo*. São Paulo: Paulus, 1996.
- RAMOS, Marcos Paulo. *"Não vim trazer a paz, mas a espada" (Mt 10,34) - representações coletivas e manutenção da batalha espiritual entre os evangélico-pentecostais (1911-1990)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 2011.
- REIMER, Haroldo. *Liberdade religiosa na história e nas constituições do Brasil*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2013.
- SANTOS JÚNIOR, Marcelo A. *Vai pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro: UFF, 2016.